

Ouvir não é um privilégio, é um direito:

a vergonha silenciosa de Portugal face às pessoas com

deficiência auditiva

Em Portugal, ser uma pessoa com deficiência auditiva que quer ouvir é, muitas vezes, um ato de coragem. Porque o caminho é, lamentavelmente, penoso, isolado e carregado de obstáculos burocráticos e económicos que mais parecem castigos impostos a quem apenas quer o que para tantos é tão simples: ouvir.

É uma realidade silenciosa, quase invisível, mas brutal, que a OUVIR – Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos – tem o dever moral, ético e social de denunciar, para que se faça justiça. Não podemos mais aceitar ser apontados como inativos ou cúmplices de um sistema que marginaliza quem quer ouvir.

A surdez, em Portugal, só parece ser “importante” para quem não ouve. Para o Estado, continua a ser tratada como uma questão menor, ignorada na prática por políticas públicas desconexas, parciais e muitas vezes inexistentes.

Surdez incapacitante não é vista como incapacidade

O mais revoltante é que, apesar da própria Organização Mundial da Saúde definir a surdez incapacitante como uma condição que limita a participação plena na sociedade, em Portugal esta mesma surdez continua a não ser formalmente reconhecida como uma incapacidade. Isto tem consequências gravíssimas: estas pessoas vêm sucessivamente barrados os seus direitos e benefícios, simplesmente porque não possuem um atestado multiusos que as declare incapacitadas. É uma perversidade burocrática e conceptual que nega o que é evidente – que a surdez, sobretudo a incapacitante, é uma deficiência com impactos profundos na vida quotidiana, profissional, social e emocional.

O interior esquecido e a terceira idade abandonada

Nos grandes centros urbanos, ainda se encontram alguns serviços e apoios, embora longe do ideal. Mas no interior do país, no Alentejo e no Algarve, as pessoas com deficiência auditiva – sobretudo as da terceira idade – estão literalmente esquecidas, encostadas à solidão, sem informação, sem orientação, muitas vezes abandonadas à sua sorte.

Quantos idosos vivem isolados, com o televisor no máximo volume, sem conseguirem comunicar com os filhos ou netos, porque não têm acesso a um simples teste auditivo de rotina ou ao ajuste de uma prótese? Isto é profundamente desumano.

O fardo económico e a humilhação do crowdfunding

O Estado português não assume como seu o dever de garantir o acesso equitativo a próteses auditivas, processadores de implantes ou acessórios de apoio à escuta. Os seguros de saúde fogem deste tema, alegando que a surdez não é uma doença, mas esquecem-se que é uma deficiência – reconhecida pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, que obriga o Estado a garantir condições de participação plena.

Sem opções, estas pessoas acabam, tristemente, a pedir esmola digital através de campanhas de crowdfunding para conseguir substituir ou adquirir o equipamento essencial à sua comunicação e dignidade. Isto não é só indigno, é uma vergonha nacional.

Acessibilidade e legendagem: o tabu que persiste

Em espaços públicos, culturais ou de lazer, a legendagem e os sistemas de apoio à audição continuam a ser tratados como um luxo dispensável. As pessoas que usam tecnologias auditivas são ignoradas nos planos de acessibilidade. São empurradas para a invisibilidade. E onde existem alguns apoios, a burocracia é tantas vezes tão kafkiana que leva as pessoas a desistirem.

Hora de agir: o Governo tem de responder

Portugal precisa urgentemente de:

Centros descentralizados de apoio auditivo, que cheguem a todo o país;

Regulação clara e eficaz do acesso a próteses e processadores, garantindo manutenção e atualização;

Apoios económicos justos, que não dependam de esmolas públicas ou familiares;

Reconhecimento da surdez incapacitante como uma verdadeira incapacidade, para efeitos de benefícios sociais e fiscais, tal como já preconiza a OMS;

Políticas de legendagem obrigatória e sistemas de apoio auditivo em espaços culturais e de serviços;

Campanhas nacionais de sensibilização e rastreios auditivos, para quebrar o ciclo do desconhecimento e da exclusão.

A OUVIR não quer continuar a ser cúmplice silenciosa de um sistema que falha. Por isso prepara-se para levar o Estado português ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, para expor internacionalmente esta realidade vergonhosa.

Ouvir não é um luxo. É um direito humano fundamental. E Portugal não pode continuar a virar o rosto a estas pessoas, condenando-as ao silêncio, ao isolamento e à humilhação. Chegou o momento de escutar quem quer ouvir.

(Quinta-feira, 10 de julho de 2025)

ANTÓNIO RICARDO ANTUNES MIRANDA

Engenheiro Electrotécnico e de Computadores, de Controlo e Robótica e Pessoa com Deficiência Auditiva e Visual

Presidente e Sócio Fundador da OUVIR – Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos

Contactos:

Email: aricardomiranda@gmail.com / _ouvir.apppia@gmail.com

Whatsapp (mensagens escritas apenas): 969917317